

o militante socialista

Publicação Mensal

DEBATE SOBRE

“O 25 DE ABRIL E A MOBILIZAÇÃO PELO FIM À GUERRA”

19 DE ABRIL, 18 H
AUDITÓRIO DO SPGL, EM LISBOA
(VER PG. 11)

HOSPITAL AL-SHIFA TORNOU-SE CEMITÉRIO DE VIDAS, DE SONHOS E DO FUTURO DE GAZA, SEGUNDO MÉDICOS



NO PRÓXIMO E MÉDIO-ORIENTES, MANIFESTAÇÕES DIÁRIAS PELO CESSAR-FOGO



Manifestação em Amã (Jordânia), a 28 de Março



50 ANOS DE 25 DE ABRIL

50 ANOS DE COMBATE EM DEFESA DA LIBERDADE, DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS SOCIAIS

(VER EDITORIAL, PG. 3)

NOVO GOVERNO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS LEGISLATIVAS

PAGS. 2, 4 E 5

GRÉCIA: MOBILIZAÇÕES CONTRA A DESTRUIÇÃO DO ENSINO PÚBLICO

PAG. 11

ECONOMIA CAPITALISTA VIRADA PARA O ARMAMENTO E A GUERRA

PAG. 12

O que esperar do Governo da AD?

Daniel Oliveira, jornalista do *Expresso*, disse que se trata de um Governo “escolhido para 6 meses (1), por um Partido que teve 29% dos votos”.

Mas, não será por falta de “boas credenciais” que o novo Governo irá durar só 6 meses...

De facto, alguns dos nomes “mais sonantes” escolhidos como ministros do Governo da AD têm provas dadas de serem fiéis cumpridores das políticas definidas pelas instituições do capital financeiro, nomeadamente as da União Europeia (vários deles até exerceram funções importantes no Parlamento Europeu - PE).

É o caso de alguns dos membros do seu chamado “núcleo duro”, de que fazem parte: Paulo Rangel (ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros)

Foi vice-presidente do Grupo Parlamentar do PPE (Partido Popular Europeu) desde 2009 e vice-presidente do PPE desde 2014. Além disso, entre Julho de 2014 e Julho de 2018, o empreendedor Paulo Rangel ficou num honroso 12º lugar no ranking dos eurodeputados que mais dinheiro ganharam fora do PE: foram centenas de milhares de euros na advocacia de negócios e no comentário mais trauliteiro da televisão.

Nuno Melo (ministro da Defesa) Dirigente máximo do CDS/PP, foi deputado ao Parlamento Europeu desde 2009. Este membro do Grupo político de Ursula von der Leyen (o PPE) tem o perfil adequado para assumir a pasta da Guerra que lhe foi confiada (ver pg. 9).



...Tomando em conta a sua primeira “reforma estrutural”!

António Leitão Amaro (ministro da Presidência)

Com uma vasta experiência internacional, será o elo de ligação no Conselho de Ministros, entre primeiro-ministro e demais ministérios.

Tem fortes ligações ao sector privado, tendo ocupado até ao momento a vice-presidência da Assembleia de participantes nos fundos da Indico Venture Capital, uma companhia de investimentos, e foi advogado na sociedade Cuatrecasas.

Os outros membros do “núcleo duro” – Joaquim Miranda Sarmento (ministro de Estado e das Finanças), **Pedro Duarte** (ministro dos Assuntos Parlamentares) e **Manuel Castro Almeida** (ministro Adjunto e da Coesão Territorial) – têm “credenciais” menos significativas.

MINISTROS DE ALGUNS SECTORES-CHAVE DO PAÍS Para tentar travar os sectores dos trabalhadores e das populações que têm lutado pela satisfação das suas reivindicações (nomeadamente na Educação, na Saúde, na Agricultura, na Habitação, na Justiça e na Administração Interna), as “boas credenciais” de alguns dos novos ministros também não deixam dúvidas.

Miguel Pinto Luz (ministro das Infraestruturas e da Habitação)

Foi um dos responsáveis pela

venda de 100% do capital da ANA Aeroportos à Vinci – que foi iniciada em 2012 e concluída em 2013 pelo Governo PSD/CDS-PP liderado por Pedro Passos Coelho – no âmbito de um pacote de privatizações que incluiu também os CTT, a REN e a TAP.

No curto segundo governo de Pedro Passos Coelho, em 2015, Pinto Luz foi secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, onde assinou o polémico despacho da primeira privatização da TAP (“à 25ª hora!”). Numa entrevista ao *Expresso*, em 2020, chegou a defender uma aproximação do PSD ao Chega, assumindo como “possível” a aliança com o partido liderado por André Ventura.

Rita Júdice (ministra da Justiça) É outro caso paradigmático o desta jurista (com o curso de Direito há apenas 2 anos!) que, ao fim de 25 anos, sai do escritório de advogados – o maior do país, fundado pelo seu pai, José Miguel Júdice – onde era sócia e co-coordenadora da área de Imobiliário e Turismo. Acumula com as funções de coordenadora do Conselho Estratégico Nacional do PSD para a Habitação. Uma questão que salta à vista: irá para o Governo esta representante das empresas do imobiliário... resolver o problema da habitação?

Fernando Alexandre (ministro da Educação, Ciência e Inova-

ção)

É o rosto da desvalorização da Ciência e Ensino Superior, que deixa de ter Ministério.

É co-autor de um estudo para a Associação Portuguesa de Seguros, onde defendeu os cortes nas pensões de aposentação e a privatização da Segurança Social. E defendeu o fim definitivo do 14º mês para os pensionistas e funcionários públicos, incluindo os professores.

Rosário Ramalho (ministra do Trabalho)

Trata-se de uma académica que é conhecida pelas posições que tem tomado contra os direitos dos trabalhadores.

A POSIÇÃO DOS PARTIDOS À ESQUERDA

Pedro Nuno Santos (SG do PS) não se referiu aos ministros escolhidos pela AD, mas criticou o discurso de tomada de posse de Montenegro considerando que se traduz numa “chantagem sobre o PS, como se o PS estivesse obrigado a sustentar e a viabilizar um Governo com o qual o PS discorda”.

António Filipe, em nome do PCP: “Este não é um governo que dê garantias de vir resolver os problemas fundamentais com que os portugueses se confrontam. Pelo contrário, é um governo cujo perfil indica que irá corresponder à submissão dos interesses de Portugal aos da União Europeia e da NATO”.

Pelo seu lado, Fabian Figueiredo, líder parlamentar do BE afirmou: “É um dos governos mais à direita de sempre. Cheira a passado, resgata várias figuras da Troika; por isso, não trará soluções para os problemas do país”. E **Mariana Mortágua** foi peremptória: “Só se pode esperar o pior deste Governo”.

Então, se assim é, o que propõem estes partidos à esquerda fazer para impedir a passagem das medidas que este Governo inevitavelmente irá tomar?

(1) Até à votação, na Assembleia da República, da proposta de Orçamento do Estado para 2025.

Ficha Técnica

Tribuna livre impulsionada pela POUS

o militante socialista

Proprietário: Carmelinda Pereira
NIF: 149281919**Editor:** POUS - Política
Operária de Unidade Socialista
NIPC: 516296671**Sede:** Rua de Sto António
da Glória, 52-B / cave C
1250-217 LISBOAIsenta de registo na ERC, ao abrigo
do Dec. regulamentar 8/99 de 9/6
(artigo 12º, nº 1 a)**Director:** Joaquim Pagarete**Comissão de redacção:**
Aires Rodrigues
Carmelinda Pereira
Joaquim Pagarete**Diagramação:** João Gomes**Impressão:** Imaginação Impressa
Rua Braancamp, 15A
1250-049 Lisboa**Edição:** 100 Exemplares

A nossa história:

O jornal "O Militante Socialista" nasceu em 1975, sob a responsabilidade de militantes do Partido Socialista (PS), pertencentes às Coordenadoras dos núcleos de empresa, organizados na sua Comissão de Trabalho.

Nasceu identificado com os ideais da Revolução do 25 de Abril, do socialismo e da democracia.

Esses mesmos ideais continuaram a ser assumidos pela corrente de socialistas afastados do PS, que fundaram o Partido Operário de Unidade Socialista (POUS), em conjunto com a Secção portuguesa da IVª Internacional.

Em continuidade com os ideais que presidiram à publicação dos primeiros "Militantes Socialistas", a associação Política Operária de Unidade Socialista – na continuidade do POUS – impulsiona actualmente este jornal, como tribuna livre da luta de classes, aberta a todas as correntes e militantes que intervêm democraticamente para defender as conquistas do 25 de Abril.

A defesa destas conquistas exige o desenvolvimento de uma acção política totalmente independente das instituições ligadas ao Estado, às religiões ou ao capital – e, por isso, a orientação de "O Militante Socialista" identifica-se com a do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos.

Editorial

Em Portugal e no Mundo
A exigência de uma
viragem, pela paz, por Abril!

No nosso país é meio século de vida em liberdade, meio século sem o pesadelo da mobilização para a guerra, meio século de uma vida onde se tornou normal não pensar no medo da prisão ou na liberdade sexual. Meio século de Escola Pública aberta a todas as crianças e jovens, de Serviço Nacional de Saúde, ou de Segurança Social, de rendimento social de inserção ou de salário mínimo!

São 50 anos de lutas permanentes, para segurar as conquistas de uma Revolução aberta a partir do golpe de Estado realizado por um grupo de jovens militares que, no meio de múltiplas contradições, arriscaram sacrificar as suas vidas, para pôr fim à ditadura e à guerra. **"Arriscámos e conseguimos. Podia ter corrido mal!"** - dizem alguns deles, que continuam a procurar manter pelo seu lado aquilo em que acreditaram. A população trabalhadora tomou nas suas mãos o poder de agir, iniciando de imediato a Revolução do 25 de Abril.

"Onde vai o 25 de Abril, já perdemos tanta coisa!...", dizem os pessimistas. Sim, já perdemos muito, nomeadamente o controlo da economia do país, do seu desenvolvimento, da sua produção de riqueza.

Mas, sem a luta constante da classe trabalhadora portuguesa, o que restaria do 25 de Abril? Quando há mobilizações por todo o país, para defender os direitos sociais e económicos de todos os sectores, do pessoal da Saúde, ao da Educação, às forças de Segurança, aos milhões de Portugueses lutando por uma habitação para viver, aos trabalhadores do sector privado para reconquistar os direitos laborais cerceados pelos inimigos da Revolução de Abril, que sinal é este? Não é o sinal de que a maioria do povo está apegado e determinado a defender as conquistas da Revolução de Abril, independentemente de estar ou não consciente disso?

A contradição brutal é que aqueles que têm como objectivo liquidar essas conquistas conseguiram,

com o seu canto enganador, retomar o controlo do Poder nas últimas Legislativas. Para isso, apoiaram-se na frustração dos trabalhadores e das populações gerada pelo governo do PS, que – reclamando-se da defesa do 25 de Abril – aceitou governar à conta da política do capital financeiro. Uma política que visa manter a sobrevivência de um sistema capitalista moribundo, ao ponto de querer impor aos povos de toda a Europa uma economia de guerra, pelas mãos da NATO, como se fosse esta instituição a responsável por **"salvar as nossas vidas"**. Uma política que consente a continuação de um genocídio em Gaza, inimaginável há um ano.

O 25 de Abril está vivo e vai ser muito difícil ao novo Governo impor esta desordem mortífera à população trabalhadora portuguesa, bem como o aprofundar da austeridade nas suas vidas. O 25 de Abril foram milhões de pessoas a encher as ruas e praças deste país, gritando: **"Nem mais um soldado para a guerra!"**.

Os trabalhadores têm capacidade para derrotar este salto qualitativo na ofensiva nacional, expressão da situação internacional, como o afirma a CGTP: **"Os trabalhadores e o povo português têm a força necessária não apenas para derrotar ataques aos seus direitos, como para conseguir avanços nas suas justas reivindicações."**

Trata-se de uma acção de conjunto. Ela faz parte das mobilizações que se levantam por todo o mundo, em particular no continente europeu. Está nas mãos dos dirigentes das organizações sindicais e dos partidos que mergulham as suas raízes na luta pelo socialismo – luta que custou às gerações anteriores a perseguição, a prisão e a própria vida – mostrarem-se à altura desta mudança histórica, para cumprir os desígnios da Revolução de Abril. Os desígnios da paz, do desenvolvimento e da cooperação, só possíveis numa perspectiva de uma Europa Unida nesta base, ao serviço dos povos e não da Guerra.

A Comissão de Redacção do MS

Flashes Legislativas 2024

Apresentamos, em seguida, uma breve resenha da muita tinta que estas eleições fizeram correr nos órgãos da Comunicação Social.

Muitos desses comentários e cenários foram centrados no significado da subida exponencial do número de votos no Chega e no modo como esse facto irá influenciar o próximo Governo.

“O CAOS, A EXPLOÇÃO DO CHEGA E UM PAÍS QUE (DIFICILMENTE) SE DEIXARÁ GOVERNAR”

Ana Sá Lopes, *Público*, 11 de Março de 2024

“No seu discurso de vitória, Luís Montenegro disse que iria procurar «diálogo e concertação entre líderes e entre partidos». Obviamente, o Chega será fundamental neste «diálogo e concertação». Aliás, com a oposição de toda a esquerda, o Chega vai ter um papel fundamental no apoio parlamentar ao novo governo.”

“A ESQUERDA ENGORDOU O CHEGA. AGORA FOI COMIDA POR ELE”

João Miguel Tavares, *Público*, 11 de Março de 2024

“O sentimento anti-sistema é tão profundo que o Chega repolitizou o país, com a abstenção mais baixa destes 30 anos. Isso confere a Ventura uma dupla legitimidade para se impor à mesa dos grandes.”

“UM PAÍS ENTRE A ESPADA E A PAREDE”,

Amílcar Correia, *Público*, Editorial de 12 de Março de 2024

“As semelhanças entre o Chega e o PRD são vagas e distantes. O Chega não vai desaparecer com a mesma facilidade. A dessintonia entre os principais partidos da democracia portuguesa e o voto jovem não augura nada de esperançoso para os próximos anos. As eleições europeias serão um teste à importância

que a direita radical populista poderá exercer na Europa nos próximos quatro anos e as eleições nos EUA podem inflacionar ainda mais as tendências populistas e antidemocráticas a nível global. Luís Montenegro está entre a espada e a parede. O país também. Entre o caos da ingovernabilidade e o radicalismo de uma direita populista no poder.”

“1,1 MILHÕES DE FASCISTAS COMEÇAM A SER FASCISTAS A MAIS”

João Miguel Tavares, *Público*, 12 de Março de 2024

“Quando o mapa dos votos no Chega se aproxima assustadoramente do mapa da pobreza e da frustração, devemos continuar a ignorá-lo? Quando se torna evidente que o voto no Chega representa não um grupúsculo de saudosos do antigo regime, mas uma multidão de gente insatisfeita com o estado deste regime, será que a argumentação da cerca sanitária faz algum sentido? A tese das linhas vermelhas sempre me pareceu um absurdo, porque quanto mais Ventura for tratado como um pária mais crescerá em popularidade. Mas os 18% – e, sobretudo, a forma como os

18% foram alcançados – colocam um problema grave: o «não é não» de Luís Montenegro afasta o PSD daqueles que mais reclamam por mudança e torna-o absolutamente inútil como partido reformista. Não admira que Montenegro tenha festejado a vitória com ar de enterro. Ele vai estar a empenhar todas as suas energias na construção de um governo condenado, quando podia estar a negociar mudanças estruturais com o Chega. Para honrar uma promessa que jamais deveria ter feito, irá prejudicar o PSD e, de caminho, o próprio país.”

“BLOCO CENTRAL, EVIDENTEMENTE!”

António Barreto, *Público*, 11 de Março de 2024

“Só há duas soluções possíveis, sem os arranjos habituais: coligação ou aliança entre AD e Chega;

ou bloco central entre PSD e PS. Todas as outras são receitas para o desastre.”

“VÉSPERAS”

António Barreto, *Público*, 23 de Março de 2024

“Se a democracia não consegue detectar as razões pelas quais o Chega aparece e progride, é porque é cega e estúpida. Se a democracia não consegue integrar o Chega na luta política, nas eleições e nas instituições, é porque é sectária e fanática. Se a democracia não consegue eliminar as raízes do Chega, assim como as terras que lhe são férteis, é porque não tem força. Se a democracia não consegue, por actos e gestos, não por palavras, mostrar à população a carga demagógica e ridícula da política da «rassoura e da limpeza» do Chega, é porque é politicamente impotente e culturalmente medíocre.”

E, DE NOVO, ANTÓNIO BARRETO DEFENDE O «BLOCO CENTRAL»

(...) Polarização e bipolarização! Há muita gente que acarinha estes termos e o que eles anunciam. Esquerda contra a direita! Classe contra classe! Capital contra o trabalho! Trabalho contra o capital! Tocar a rebate pelos combates vitais! Promover a guerra entre classes, entre instituições! Nada disso trará qualquer coisa de bom ao país e à população.

União nacional? Nem pensar nisso. Nunca deu bom resultado, a não ser, em certos países, em tempo de guerra. Unidade de todos os partidos? Não resulta. Coligação de todas as esquerdas contra coligação de todas as direitas? É uma solução, mas não se afigura especialmente produtiva. Coligação das forças políticas centrais e moderadas? Está nas cartas. Mas há quem não queira ver.”

OLHA LÁ, ISTO É TIPO MUITO BONITO MAS CONTEM LEMBRANÇAS-TE QUE ESSA DO “DEIXEM-ME TRABALHAR” TEM DÍPITOS DE AUTOD, OK?



Direitos de autor

Algumas reflexões sobre os resultados

Durante os últimos 8 anos, a Direcção do PS teve as rédeas do poder nas mãos, primeiro na base de um Governo assente em acordos com o PCP e o BE e, depois, noutro Governo baseado numa maioria absoluta de deputados eleitos para a Assembleia da República (AR).

Sem jamais se distinguir da política de conjunto da União Europeia, incluindo o apoio à guerra ditada pelos interesses do imperialismo norte-americano, o governo do PS aceitou pôr em prática os orçamentos do Estado acordados em Bruxelas e aprovados, na AR, com o beneplácito da Direita. Orçamentos que lhe valeram conseguir uma descida inédita do Déficit orçamental e da Dívida pública.

Mas, a que preço o governo do PS aplicou a sua política das chamadas “contas certas” e dos excedentes orçamentais? Ao preço da recusa em subir os salários enquanto a inflação era vertiginosa, ou de financiar devidamente as funções sociais do Estado (Saúde, Educação,...), bem como resolver o problema da habitação ou apoiar as pequenas e médias empresas. Tudo isto fez a direcção do PS desperdiçar o capital de esperança e de confiança de milhões de trabalhadores e de jovens. Muitos militantes diziam: “Como é possível que o governo do PS esteja



a fazer uma coisa destas? Está a fazer a política da Direita, e assim abre as portas a um governo da Direita. Só nos resta a mobilização e a luta.”

As mobilizações de trabalhadores de todos sectores desencadearam-se, começando a atravessar sectores do próprio PS, secções e mesmo deputados, que afirmavam publicamente não aceitar o encerramento dos hospitais da cidade a que pertenciam.

O receio da crescente mobilização da população trabalhadora

levou as instituições do Sistema capitalista a agir, através do Presidente da República, para matar dois coelhos com a mesma cajadada:

- 1) dissolver a Assembleia da República, para acabar com a maioria absoluta de deputados do PS;
- 2) procurar interromper os processos de mobilização dos trabalhadores e das populações, canalizando o seu descontentamento para o terreno eleitoral (terreno no qual os partidos que representam directamente

o capital financeiro tinham clara vantagem, porque dominavam os órgãos da Comunicação Social e podiam explorar as consequências da política do Governo, misturando a realidade com a falsificação).

O slogan dominante nas forças da Direita era: «*Isto é o socialismo. É preciso o liberalismo, nos outros países os impostos são mais baixos; logo os salários podem aumentar,...*». E é assim que a política das “contas certas” acordadas em Bruxelas, valeu ao PS a perda de quase 500000 votos (ou seja, mais de 21%) em relação às eleições de 2022.

Por outro lado, a falta de uma intervenção política e sindical consequente, ligando a luta dos trabalhadores dos serviços públicos (os professores, os médicos, os enfermeiros, das manifestações pela habitação,...) à luta dos trabalhadores do sector privado (para restabelecer os direitos laborais) e à luta dos agricultores, impediu que o conjunto dos trabalhadores unificasse o seu movimento e abrisse uma saída positiva para a crise. ■

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DE 2024 COM OS DE 2022

PARTIDO OU COLIGAÇÃO	VOTOS 2024	% EM RELAÇÃO AOS VOTOS EXPRESSOS	MANDATOS 2024	VOTOS 2022	% EM RELAÇÃO AOS VOTOS EXPRESSOS	MANDATOS 2022	DIFERENÇA DE VOTOS 2024-2022
BE	282314	4,56	5	2445	4,40	5	37718
Chega	1169781	18,88	50	399510	7,18	12	770271
IL	319877	5,16	8	273399	4,91	8	46478
Livre	204875	3,31	4	71196	1,28	1	133679
PAN	126125	2,04	1	88127	1,58	1	37998
CDU (PCP-PEV)	205551	3,22	4	238962	4,43	6	-33411
CDS/PP	-	-	-	89181	1,65	-	-
PPD/PSD.CDS/PP	52999	0,86	3	50636	0,93	-	-26155
PPD/PSD.CDS/PP.PPM	1814002	29,28	77	1539189	28,19	72	274813
PS	1812443	29,26	78	2301887	41,37	120	-489444

De uma análise sumária deste quadro, onde estão listados os resultados obtidos nas duas últimas eleições legislativas (em 10 de Março de 2024 e em 30 de Janeiro de 2022), podem ser tiradas algumas conclusões: – A AD obteve agora mais cerca de 249 mil votos e mais 8 mandatos do que em 2022 (acto eleitoral em que o CDS/PP tinha concorrido separadamente); – O PS perdeu cerca de 490 mil votos e 42 mandatos em relação a 2022; – Contudo, a AD só teve cerca de 55 mil votos de vantagem em relação ao PS e mais 2 mandatos do que este Partido; – O Chega triplicou o seu número de votos e mais que quadruplicou os mandatos; – Além do PS, o outro perdedor foi a CDU que teve uma baixa de mais de 33400 votos e diminuiu de 6 para 4 o seu número de mandatos; – Há que notar, por fim, a subida do Livre em votos (quase triplicou) e em mandatos (subindo de 1 para 4).

Sobre os resultados eleitorais de 10 de Março

1. Portugal tornou-se “mais europeu”: já temos entre nós a extrema-direita no seu esplendor. Uma ascensão que acompanha o já acontecido ao longo de quase toda a Europa, a anunciar tempos assustadores, tornados ainda mais assustadores por uma “diplomacia” mais preocupada em preparar a guerra do que em evitá-la.

2. O académico bom desempenho da economia (contas certas, subida nos rankings das avaliadoras, superávits orçamentais) não salvou o PS, porque esse bom desempenho não se traduziu na melhoria da vida do povo, confrontado com crises na habitação, na saúde, na educação e com perda de poder de compra e de qualidade de vida. Terá o

PS alguma razão ao invocar as dificuldades provocadas pela inflação, pelo COVID, pela guerra. Mas isso não impede a conclusão óbvia: as soluções que o PS usou para enfrentar essas dificuldades não corresponderam aos interesses da população.

3. Eleitoralmente, o país virou à direita. Ainda é cedo para saber se o crescimento da extrema-direita será estrutural ou conjuntural, isto é, qual a percentagem destes 18% de votos que poderá ser recuperada em futuras eleições. Se, como se diz um pouco por todo o lado, o voto no Chega é um voto de protesto, há que perguntar porque é que a esquerda não foi capaz de captar e traduzir em voto a insatisfação popular.

4. A intenção do Chega não é ser apenas um partido de protesto: é tomar o poder para destruir o regime democrático que tornou possível a sua existência porque se afastou da defesa dos interesses do povo.

5. Anuncia-se uma provável situação de instabilidade institucional, se o PSD se mantiver na atitude de recusar qualquer “negociação” com a extrema-direita – o que me parece ser manobra com pouco tempo de duração.

6. E o clássico “que fazer”? Este é o tempo em que a defesa dos direitos de quem trabalha e de uma conceção emancipadora da liberdade e da democracia exigem uma ação enérgica do movimento sindical, sustentada na maior



António Avelãs
(membro da Direcção do SPGL)

unidade possível entre CG-TP-IN e UGT. Mas também no reforço da intervenção dos movimentos cívicos, em torno da defesa e consolidação das grandes conquistas de Abril: o direito à habitação, à saúde, à escola. A “rua” tem de se tornar o mais forte obstáculo a um Parlamento em que a dominância da direita-extrema-direita tudo fará para fazer do 25 de Abril uma data que lamentarão não poder suprimir do calendário. E da História. ■

A subida exponencial de votos no Chega: o “ovo de Colombo”

Como foram criadas as condições para a subida de votos e de mandatos do Chega, nas eleições legislativas antecipadas?

Para o perceber basta ter em conta, por exemplo, o modo como se desenrolaram a pré-campanha e a campanha eleitoral. Matos Gomes, um “militar de Abril”, no seu artigo intitulado “Portugal é uma Ilha?”, publicado no blogue Estátua de Sal, no dia 24/02/2024, foi muito claro: «Portugal é uma Ilha? Quem ouvir os jornalistas que interrogam os políticos em campanha e o enxame de comentadores que esvoaçam sobre eles como moscas varejeiras só pode concluir que sim. E mais, uma ilha fora do tempo e do espaço, por onde

não passam correntes marítimas nem anticiclones. Um território no meio do nada.

Ouvindo os assuntos que os jornalistas e respectivos enxames colocam aos políticos descobrimos que Portugal não sofre influências externas — não ouvi uma única questão sobre os impactos da guerra na Ucrânia, nem do genocídio de Gaza, nem da ação dos guerrilheiros do Iémen sobre as rotas marítimas do comércio, nem sobre as consequências do corte da Europa Ocidental com a Rússia, nem da desindustrialização e deslocalização das indústrias alemãs, o motor europeu, nem sobre a emergência dos BRICs e a nova moeda de troca mundial, nem sobre a má relação da União Europeia com o Mercosul, nem sobre o conflito no interior da oligarquia dos Estados Unidos entre os adeptos da

intervenção externa como motor da economia (Democratas, maioritariamente) e os adeptos do investimento interno (Republicanos, maioritariamente), nem sobre a relação entre o Euro e o Dólar, nem sobre a política da BCE (que é decisiva para a questão da habitação, por exemplo), nem sobre os pesadíssimos investimentos previstos na Europa para despesas militares a pretexto de uma ameaça de invasão Russa que tem sido difundida, em detrimento de investimentos produtivos.»

Portanto, a constatação feita por Matos Gomes é que, nos debates e nas entrevistas (bem como no que disseram a generalidade dos comentadores... e dos partidos) antes das eleições, parece que não existia mais nada senão o nosso “Portugal à beira-mar plantado”.

O que – num contexto em que os sucessivos governos, dos partidos tradicionais ou por eles apoiados, não resolveram os problemas fundamentais dos trabalhadores, dos jovens e das populações (ao nível da Saúde, da Educação, da habitação,...) – constituiu um terreno propício para que tivesse frutos o discurso de André Ventura e seus correligionários centrado no slogan “Mais nacionalista que o Chega não há!”.

Trata-se do “ovo de Colombo”. Não é preciso ir procurar noutro lado as causas da subida exponencial de votos no Chega... E, nomeadamente, ir procurar na sua ideologia “fascizante”. ■

Joaquim Pagarete

Desmascarar e combater a direita e a extrema-direita

Nas últimas eleições legislativas o país assistiu a uma grande e perigosa viragem à direita no panorama nacional, tanto pela vitória da AD e, principalmente, pelo crescimento do Chega, um partido de extrema-direita populista, xenófobo, racista e neofascista que recebeu o voto de mais de um milhão e cem mil eleitores e a eleição de 50 deputados. A extrema-direita chegou mais tarde, mas também chegou a Portugal. Em vários países europeus já se encontra no poder e noutros ameaça, seriamente, lá chegar, como na França e na Alemanha. As restrições à liberdade e aos direitos civis nesses países são já uma negra realidade.

É sabido que o Chega, de André Ventura, pertence à mesma família política e tem relações amistosas e internacionais com outros partidos extremistas de direita como, entre outros, a Frente Nacional de Marine Le Pen, a Alternativa para a Alemanha, o Partido da Liberdade na Holanda e os Irmãos de Itália de Geörgia Meloni que, em conjun-

to com a Liga do Norte de Matteo Salvini, estão no poder em Itália. No Parlamento Europeu todas estas forças políticas pertencem ao Grupo Identidade e Democracia, cujas características são o populismo nacionalista, o conservadorismo, o racismo e o fascismo. O partido Irmãos de Itália de Meloni tem as suas raízes no Movimento Social Italiano, activo de 1945 a 1995, um partido neofascista fundado por ex-membros do proibido Partido Nacional Fascista, fundado por Mussolini e que governou a Itália entre 1922 e 1943.

O Chega acolhe no seu seio muitos neofascistas e até neonazis e muitos outros salazaristas confessos, como o deputado Diogo Pacheco de Amorim, recentemente eleito como vice-presidente da Assembleia da República e que conspirou contra o 25 de Abril, que militou na organização terrorista Movimento Democrático de Libertação de Portugal/MDLP que assassinou à bomba, em Vila Real, o padre Maximino de Sousa e a estudante Maria de Lurdes, em Abril de 1976, perpetrando cerca

de 600 atentados e outras acções violentas no país.

O crescimento do Chega e de outros movimentos de extrema-direita reside, em parte, no ódio e xenofobia contra os imigrantes. Outros factores têm a ver com o facto dos governos dirigidos por partidos tradicionais – como social-liberais (ditos social-democratas e socialistas) e outros partidos liberais e conservadores de direita – não terem solucionado os problemas e reivindicações das populações. Muito em particular o PS, que tem governado o país nos últimos 8 anos, tem sido um forte alimento do Chega. A corrupção que envolve milhões tem alastrado, a inflação castiga as pessoas, o SNS tem sofrido uma degradação acentuada e a falta de habitação para os jovens e outras pessoas viverem transformou-se numa autêntica chaga social. A área da Educação foi arrasada pelos governos do PS, e os professores e outros profissionais da Educação não o esquecem; daí as lutas históricas que têm travado. A pobreza tem alastrado, as reformas e os



João Vasconcelos
(Ex-deputado do BE)

salários são baixos, o que faz com que milhões de Portugueses vivam com muitas dificuldades. Os pequenos empresários são sobrecarregados com uma elevada carga fiscal. Por sua vez, os mais ricos continuam cada vez mais ricos. Milhares de eleitores esquecidos, mal tratados e revoltados canalizaram assim o seu protesto para o Chega, acreditando nas patranhas e mentiras do seu chefe.

Urge combater e desmascarar a direita e a extrema-direita. Os trabalhadores, os democratas e outros sectores populares, nos sindicatos, nas escolas, nas empresas, na rua, só têm a ganhar se reforçarem a sua unidade, mobilização e luta em prol das suas reivindicações e por um país mais justo e solidário. Mantendo e reforçando o Portugal de Abril, saindo em massa à rua nas comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril. ■

A luta continua!

Depois das eleições de Março de 2024, Portugal encontrou 1100000 votantes que estão ressabiados com os valores democráticos vindos do 25 de Abril e parecendo querer regressar para os tempos do fascismo. Democracia e fascismo não são alternativas, são mutualmente exclusivos.

No Portugal dos PIDES e apoiantes do regime fascista, com o carinho americano, 76% dos portugueses não sabia ler nem escrever, a maioria dos Portugueses vivia em barracas

e as mulheres eram completamente dependentes do homem. Não podiam viajar sem a autorização do marido ou do pai, não podiam exercer liberdade sexual, e em caso de adultério, podiam ser mortas em defesa da honra do marido.

Esse Portugal fascista foi derrotado pelo Povo no dia 25 de Abril de 1974, só que os fascistas não desapareceram com a Revolução, uns fugiram e a maioria ficou, sem que nada lhes tivesse acontecido.

Hoje, a Revolução dos Cravos ficou manchada com estes votos contra os valores



Paulo Silva (membro da Direcção Regional de Santarém do SPGL)

democráticos vindos do 25 de Abril: liberdade de expressão, liberdade de reunião, liberdade sindical, Escola pública gratuita para todos, Serviço Nacional de Saúde gratuito para todos e di-

reito a uma habitação condigna e acessível.

Todas as instituições públicas deverão respeitar e aplicar os valores inscritos na Constituição de 2 de Abril de 1976. Esta foi sufragada por todos os partidos, excepto o CDS, o Chega da altura.

Estes 1100000 votantes, se não se reveem no fascismo, porque votaram Chega? O futuro de Portugal está nas mãos dos democratas, socialistas e comunistas; agora não recuemos e estejamos à altura da História e da defesa da nossa democracia ameaçada. A luta continua! ■

CGTP: ponto de apoio da resistência e da mobilização dos Trabalhadores Portugueses

Todos quantos lucidamente assumem o exercício do poder da classe dominante sabem que nenhum Governo pode ignorar a capacidade de intervenção e de mobilização feita a partir da CGTP. Nenhum Governo pode ignorar que as Centrais sindicais – e em especial a CGTP – podem determinar a evolução dos acontecimentos a nível nacional.

Muitos militantes também tendem a compreendê-lo, militantes que lutam diariamente pelas mobilizações, e que talvez por isso se questionam frequentemente sobre a prática da Direcção da CGTP. Mas estes militantes também sabem que é a CGTP e aos seus sindicatos que a “massa dos trabalhadores” se pode agarrar, para formar uma força consistente na defesa das reivindicações. Eles sabem que é a CGTP que, desde a primeira hora, tem organizado a mobilização contra a guerra na Ucrânia e pelo fim do genocídio em Gaza.

Tudo pode ser questionado e propostas novas poderão e deverão ser feitas, no sentido da construção de uma mobilização unida das classes trabalhadoras, para defender direitos, conquistas e reivindicações.

A força estruturante do movimento operário português foi afirmada no XV congresso da CGTP, realizado nos dias 23 e 24 de Fevereiro, sob o lema **Garantir Direitos Afirmar Abril, por um Portugal com futuro.**

Foram cerca de oitocentos delegados, pertencentes ao conjunto das organizações sindicais que dão corpo à maior representação dos trabalhadores portugueses. Entre eles estiveram também representantes de sindicatos portugueses não filiados na CGTP, mas que agem na luta de classes em conjunto.

Além disso, o Congresso foi acompanhado por cerca de uma



centena de dirigentes de Centrais sindicais de países de todo o mundo, de federações e confederações sindicais (CES, FSM, CISL, CSI) e ainda por representantes da OIT.

Entre elas, contava-se a representação da Central sindical da Palestina. Quando ela foi anunciada, todo o Congresso se levantou numa ovação fortíssima, com o grito **“Palestina Vencerá”**. Sem entrar em detalhes, podemos dizer que as intervenções realizadas no Congresso (cerca de uma centena) procuraram abordar a luta sindical, os problemas, as dificuldades, os desafios e objectivos, os passos dados, ou os resultados alcançados.

OS CAMINHOS DA PAZ SÓ PODEM SER PERCORRIDOS COM A LUTA DOS TRABALHADORES E DOS POVOS – TIAGO OLIVEIRA (SECRETÁRIO-GERAL DA CGTP)

Tiago Oliveira foi eleito pelo Conselho Nacional da CGTP, também renovado pelo voto dos delegados ao Congresso. Na sua primeira intervenção, a finalizar os trabalhos do Congresso, Tiago Oliveira começou por enunciar os grandes problemas de toda a Humanidade – a guerra, a destruição dos recursos naturais e a ofensiva para destruir os direitos dos trabalhadores, re-matando com o lema, partilhado por milhões de pessoas por todo o mundo: *«Os caminhos da paz só podem ser percorridos com a luta dos trabalhadores e dos povos»*.

Tiago Oliveira centrou o seu

DECLARAÇÃO SOBRE NOVO GOVERNO (EXCERTOS)

“Para a CGTP-IN, este Governo assume uma orientação política que não está voltada para responder aos problemas dos trabalhadores e do país, mas sim para favorecer ainda mais os interesses do grande capital. Mas importa sublinhar que, mesmo contra a sua vontade, o Governo será obrigado, pela luta dos trabalhadores, a dar resposta aos problemas. (...) a CGTP-IN, os sindicatos e os trabalhadores confrontarão o patronato e o Governo com os problemas e com a exigência de respostas, desenvolverão a luta pela elevação das condições de vida e de trabalho, salários dignos, redução dos horários de trabalho, por uma melhor conciliação entre a vida pessoal e familiar com a vida profissional, contra a precariedade e pela melhoria e reforço dos serviços públicos.”

CGTP, 2/4/2024

MENSAGEM DE DOCENTES E ASSISTENTES OPERACIONAIS DE ALGUMAS ESCOLAS DO CONCELHO DE OEIRAS (EXTRACTOS)

Considerando que as forças da Direita estão a usar todos os meios para explorar o legítimo descontentamento da população – consequência em particular das medidas tomadas pelo último governo do PS – para conseguirem uma maioria na AR, a partir da qual irão incentivar o desmantelamento das conquistas de Abril, os subscritores da mensagem:

- (...) Expressam o desejo de que os delegados ao Congresso aprovem o apelo à mobilização do conjunto dos trabalhadores, em plena campanha eleitoral, para afirmar que a CGTP exige das forças políticas concorrentes às Legislativas o compromisso de que as conquistas de Abril são preservadas, repudiando as medidas de privatização das funções sociais do Estado (da Escola Pública à Saúde e à Segurança Social).
- Estão seguros de que uma tal mobilização seria um enorme incentivo e alento para derrotar as forças da Direita, inclusive no terreno eleitoral.

discurso na defesa das reivindicações da CGTP e no combate diário que é preciso desenvolver – de forma contínua e em cada local de trabalho – em conjunto

com os trabalhadores. O combate pelo trabalho com direitos, pelos salários, o combate para defender as funções sociais do Estado.

Conselho Europeu de 21 e 22 de Março: “A Europa em pé de guerra”

Os 27 Chefes de Estado e de Governo da União Europeia reuniram-se em Bruxelas, nos dias 21 e 22 de Março. Estiveram presentes Macron (França), Scholz (Alemanha), Sunak (Reino Unido), Meloni (Itália) e todos os seus comparsas. O objectivo: “Colocar a economia europeia em pé de guerra”, segundo Charles Michel, Presidente do Conselho Europeu.

Enquanto o Exército israelita continua o seu genocídio, enquanto a carnificina da guerra imperialista está a matar centenas de milhares de Ucrânios e Russos, o que é que os 27 chefes de Estado (ou Governo) decidiram no final das suas negociações obscuras?

As “conclusões” oficiais (publicadas no sítio Web da União Europeia), foram adoptadas por unanimidade por chefes de Estado/Governo da esquerda (Alemanha, Espanha,...), direita (Reino Unido, Grécia,...), extrema-direita ou nacionalismo reaccionário (Itália, Hungria,...). Todos concordaram em enviar os seus povos para a guerra, sob o comando norte-americano. Uma unanimidade que não é isenta de divergências.

UCRÂNIA: «COMPROMISSO PARA O AUMENTO CONSIDERÁVEL DAS DESPESAS MILITARES»

Os 27 decidiram «fornecer à Ucrânia e ao seu povo todos os meios políticos, financeiros, económicos, humanitários, militares e diplomáticos durante o tempo que for necessário e tão intensamente quanto necessário» (§1).



O periódico francês *Le Journal du Dimanche* escreve: «O presidente Macron analisa esta viragem na Europa como o culminar do alerta accionado em 26 de Fevereiro, quando, em resposta à possibilidade de envio de tropas francesas para a Ucrânia, respondeu: “Nada deve ser excluído”».

«A União Europeia e os Estados-membros acelerarão e intensificarão a prestação de toda a assistência militar necessária» a Zélenky (§2), «nomeadamente munições e mísseis».

Os 27 congratularam-se com os 5 mil milhões de euros pagos pela União Europeia para fabrico, aquisição e entrega de mais armas. O Comissário Europeu Breton pede 100 mil milhões de euros. No entanto, os 27 Estados-membros não chegaram a acordo sobre os pormenores de financiamento deste enorme esforço de guerra.

A Alemanha e a Holanda opuseram-se aos grandes empréstimos europeus exigidos por Macron, a Estónia e a Polónia. Macron e os outros 26 chefes de Estado assumiram um «compromisso conjunto para aumentar as despesas militares» (§15). Isto significa mais cortes em todos os outros orçamentos, Saúde, Educação,...

SOB A DIRECÇÃO DA NATO

Os 27 sublinharam «a necessidade de ajudar a Ucrânia a restabelecer a sua posição nos mercados tradicionais de exportação» (§12). Os agricultores podem rezear a continuação de exportações agrícolas não regulamentadas da Ucrânia. Por último, o n.º §18 recorda que é a NATO que «continua a ser a base da defesa colectiva». Por outras palavras, os soldados que estão a ser mortos são europeus, e milhares de milhões de euros estão a ser gastos

pelos países da Europa. Mas é Washington quem manda.

UM CHEQUE EM BRANCO PARA O ENVIO DE ARMAS PARA ISRAEL

Os 27 apelam a «uma trégua humanitária imediata que conduza a um cessar-fogo duradouro». Os 27 não apelam a um «cessar-fogo total e imediato», mas sobretudo a duplicidade é total: nem uma palavra sobre as vendas de armas dos 27 a Israel, permitindo-lhe prosseguir os massacres. Para a Alemanha, o principal fornecedor de armas europeu, «as autorizações de entrega foram multiplicadas por dez entre 2022 e 2023, e a maior parte deste aumento espectacular teve lugar depois de 7 de Outubro» (segundo o periódico francês *Le Monde*). Nem uma palavra contra as entregas de armas e munições da França, do Reino Unido,...

No lado positivo, os 27 chefes de Estado declararam-se «preocupados» e manifestaram a esperança de que o Exército israelita contenha os seus golpes.

No lado negativo, os 27 enviam as armas para o crime em massa que prossegue há mais de 5 meses.

Crónica de Bruno Ricque, publicada no semanário francês “*Informations Ouvrières*” – Informações operárias – nº 801, de 27 de Março de 2024, do Partido Operário Independente de França.

COM A CUMPLICIDADE DA «CIMEIRA SOCIAL TRIPARTIDA»

O Conselho Europeu foi precedido por uma «Cimeira social tripartida» com os governos, as organizações patronais e a CES (Confederação Europeia dos Sindicatos) em representação dos trabalhadores. O tema foi: «Uma Europa forte, nos planos económico e social, para desempenhar o seu papel no mundo».

Nem uma palavra da CES contra o genocídio em Gaza ou contra a escalada da guerra na Europa, mas sim a exigência «num mundo cada vez mais instável, (de uma) Directiva para uma transição justa». Cumplicidade total!

GRÉCIA

“Estaremos em todo o lado”

«Se a Nova Democracia conseguiu alguma coisa, foi forjar um “não” unânime de todos os estudantes contra a sua política de privatização das universidades». Foi o que disse, a 11 de Março, a organização juvenil NKA, que desde Janeiro está a lutar contra o governo de Mitsotakis e a sua lei de desmantelamento de todo o Sistema de ensino público, a começar pelas universidades

Melianna está a estudar Engenharia eléctrica na Universidade Politécnica de Atenas. Ela está em greve há 10 semanas, quando o movimento começou. Juntamente com centenas de outros estudantes, ocupou a sua Faculdade: “O mais importante para nós é podermos organizar-nos e decidir o que fazer. Reunimo-nos todos os dias em assembleia e coordenamo-nos. Ocupar a Faculdade permite-nos enfrentar as coisas de frente para resistir contra esta lei.”

Odyseas é estudante de Psicologia: “O movimento arrancou porque nós começámos a falar entre todos os estudantes da minha Universidade e decidimos reunir-nos numa assembleia para o desencadear. Rapidamente, todos nos pusemos de acordo que tínhamos de intensificar a nossa luta contra o projecto de reforma, mas também em defesa das universidades públicas na Grécia, o que significa gratuitas, sem seleção e para todos os jovens. E as manifestações todas as quintas-feiras tornaram-se mais fortes

A 8 de Março, em Atenas, 30 000 estudantes de toda a Grécia marcharam contra a lei das privatizações, pela décima semana consecutiva.



com o passar das semanas.” Melianna também explica: “O facto de nos estarmos a coordenar é muito importante. Cada escola, cada instituto, cada departamento de ensino reúne-se em assembleia, discute as suas reivindicações, semana após semana. E depois levamos isto a toda a cidade, em assembleias gerais. É também assim que as coisas são feitas noutros locais de província.”

O MINISTRO DA SAÚDE DEMITE-SE

A 8 de Março, o Parlamento aprovou a lei de privatização do Ensino, com 159 votos a favor, os da Nova Democracia e um do partido neo-nazi Spartans.

No mesmo dia, 30.000 manifestantes, estudantes e professores, reuniram-se na Praça Syntagma (em frente ao Parlamento), vindos de toda a Grécia. E a mobilização rompeu, mais uma vez, as linhas da Polícia que estava a tentar impedir a marcha. Na quinta-feira seguinte, 14 de Março, os estudantes voltam a marchar.

A Nova Democracia aprovou a sua legislação, mas não quebrou a determinação e a necessidade do combate contra a sua política. Segundo Melianna e Odyseas: “Eles aprovaram a sua lei, mas a juventude está perdida para a sua causa. Nada nos fará desistir. Vamos

continuar e estaremos em todo o lado”.

E assim foi na passada quinta-feira, 14 de Março: as Associações de estudantes perseguiram o ministro da Saúde, Adónis Georgiádis ao grito de “Não à privatização da Saúde e da Educação!”.

Adonis Georgiádis demitiu-se após a intervenção das Associações de estudantes durante uma “festa” no Departamento de Enfermagem da Universidade Nacional Capodistriana de Atenas, para inaugurar uma máquina que utiliza a inteligência artificial para as salas de operações e laboratórios do Departamento.

As Associações de estudantes de Atenas deixaram bem claro que não permitirão que aqueles que estão a desmantelar a Saúde e a Educação organizem festas nas suas escolas, e muito menos quando se trata de investimentos em parceria com empresas privadas, e ainda muito menos quando se trata da privatização da investigação científica. ■

RÚSSIA

A reeleição de Putin

As potências ocidentais denunciaram o carácter fraudulento das eleições na Rússia que deram a Putin 87,9% dos votos. É evidente que estas eleições não são, em nada, democráticas. Mas, nas quatro ocasiões anteriores as mesmas potências ocidentais felicitaram Putin pela sua reeleição. Então, o que é que mudou? Desta vez, o que

mudou foi a guerra na Ucrânia. As declarações de Macron, mas também a atitude de Biden, demonstram a natureza do “apoio à Ucrânia”. Porque as potências ocidentais estão a tentar pôr a Rússia de joelhos, isolando-a e multiplicando as sanções. No entanto, esta política de guerra pode conduzir, a qualquer momento, a uma conflagração global ameaçando a humanida-

de no seu conjunto.

Desde o início do conflito que assumimos uma posição clara: “Nem NATO, nem Putin”. Lutamos por um cessar-fogo. Apelamos ao fim do fornecimento de armas à Ucrânia e estamos a lutar contra os orçamentos militares.

Apoiamos aqueles que em Itália, nos EUA, na Austrália ou na Grécia, organizaram nos portos o boicote contra o fornecimento de armas à Ucrânia e também ao Estado de Israel.

Rejeitamos aqueles que, em nome da defesa do povo ucraniano, impulsionam o combate contra a Rússia inclusive até ao último dos Ucrânianos.

Durante dois anos, centenas de milhares de Ucrânianos e de Russos já morreram e centenas de milhares de outros ficaram feridos. É tempo de pôr termo a esta barbárie.

Nas palavras da Internacional, a canção dos trabalhadores:

“Levantem as vossas espingardas e rompam as fileiras!” ■

DEBATE sobre “O 25 de Abril e a mobilização pelo fim à guerra”

Com os oradores Mário Tomé (militar de Abril) e Andreu Camps (membro do CATP de Espanha)

A realizar no dia 19 de Abril, às 18h (na Sede do SPGL, em Lisboa, Auditório do 4º piso)

Milhões de pessoas têm enchido as praças e ruas em sucessivas manifestações, de países de todo o mundo, nos últimos seis meses, para exigir o fim do massacre de dezenas de milhares de seres humanos em Gaza. A resposta dos governos – com honrosas exceções – é manter a sua relação diplomática, os seus negócios e mesmo o envio de armas para o Estado de Israel, enquanto choram lágrimas de crocodilo pelo continuar do massacre.

Uma política de morte que os governos da UE não deixam de pôr em prática, de que se destacam os governos francês ou alemão, com o beneplácito dos restantes. Governos que mantêm “um pé” na guerra genocida de Gaza e outro na guerra na Ucrânia, em contradição com a aspiração dos povos que dizem “Não a Putin, não à Nato!”. Estes governos lançam uma

política ao serviço do negócio da guerra, como acabam de aprovar, por unanimidade, no Conselho Europeu de 21 e 22 de março, para reforçar o armamento da NATO, voltar a reabrir o debate sobre o “serviço militar obrigatório”, tentando de novo arrastar mais uma geração de jovens para o “altar da morte”, sacrificando e adiando o futuro. Este negócio para servir a guerra, para impor mais austeridade, mais “guerra social”, foi aprovado por todos, desde os governos da Direita e Extrema-direita, aos da chamada Esquerda.

Em relação a esta política de guerra e austeridade – da qual o governo de António Costa não se demarcou – há um apoio completo da AD, bem como da Iniciativa Liberal e do Chega. Mas, todos os governos dos países da UE se debatem com as mobilizações da maioria da população, contra as consequências das suas políticas de austeridade/armamento. Apesar das campanhas caluniosas, dos apoios explícitos e dos silêncios cúmplices, de maneira aberta ou dissimulada, cada vez mais intelectuais, militantes, sindicalistas

e trabalhadores do mundo inteiro, horrorizados, recusam a guerra e a exploração. No próximo dia 4 de Maio irá ter lugar, em Paris, um Encontro internacional por iniciativa do Partido Operário Independente (POI) com a participação do Comité de Ligação Europeu contra a guerra e a exploração. Esse Encontro tem como objectivo trocar impressões e reforçar a nossa mobilização e luta contra os governos fautores de massacres, guerras e destruição social. APELAMOS militantes e trabalhadores, apegados às conquistas de Abril, a participarem na preparação deste debate internacional. É para fazer, em Portugal, um debate fraterno sobre os caminhos que se abrem diante de nós, para falarmos do que começou a ser desenvolvido com estes objetivos em vários outros países (nomeadamente europeus), que apelamos a uma reunião com o tema **“O 25 de Abril e a mobilização pelo fim à guerra”**. ■



“Os valores do Ocidente” : Manifestações massivas contra Netanyahu em Israel

Numa crónica do DN, de 23 de Março de 2024, intitulada “A Ocidente, uma desolada paisagem”, o professor catedrático Soromenho Marques afirma: “O que é o Ocidente e quais os seus valores actuais? Começemos pelos EUA, cuja perspectiva, seguindo as vozes autorizadas da Casa Branca e do Congresso, considera existir um saldo positivo desta guerra (da Ucrânia). O que está em causa não é, nem nunca foi, a vitória da Ucrânia, mas sim usar esse povo como ariete para enfraquecer a Rússia, de acordo

com orientações estratégicas há muito públicas e publicadas.

(...) Hoje, um pânico antigo (“Vem aí os Russos!”) percorre as capitais europeias.

(...) Esta guerra, além de ter enterrado o Pacto Ecológico Europeu, significou uma total subordinação europeia aos interesses do complexo militar-industrial e energético que governa os EUA.

(...) Finalmente, o genocídio em Gaza marca a certidão de óbito dos alegados «valores ocidentais». O direito à vida tem um valor de mercado. Modesto para as vidas ucranianas. A preço de saldo para os corpos palestínianos.” ■

Milhares de Israelitas concentraram-se no domingo, 2 de Abril, em frente ao Parlamento em Jerusalém para exigir eleições antecipadas. As manifestações exigindo a libertação dos reféns e acusando Netanyahu de os ter abandonado sucedem-se no seio do Estado israelita e estão a tornar-se mais radicais. Os confrontos com a

Polícia são cada vez mais brutais. Os manifestantes trazem bandeiras e fotografias dos reféns com cartazes onde se pode ler: “Acordo para libertar os reféns, já!”. Outros cartazes mostram claramente a raiva dirigida contra Netanyahu sobre o destino dos reféns, com um deles a dizer “Substituem-no, salvemo-los”. ■

Rearmamento contra os trabalhadores e os povos

Por um lado, o imperialismo norte-americano e os seus aliados decidiram distribuir alguns sacos de farinha aos habitantes de Gaza, numa tentativa de esconder a sua responsabilidade pelo genocídio do povo palestino. Por outro lado, a União Europeia, Macron e muitos outros chefes de Estado/ Governo da Europa estão a fazer exactamente a mesma coisa, porque a situação está a tornar-se insustentável, dado o nível de destruição e de fome que está a ser imposto ao povo palestino. Mas, quais são as linhas-de-força da política seguida por todos eles? Reproduzimos um extracto do Editorial do jornal *Información Obrera* (Informação Operária), nº 389, de 7 de Março de 2024, em cujo Comité de redacção colaboram militantes do POSI (Secção espanhola da 4ª Internacional), que mostra estarem todos de acordo em armar-se para continuarem as suas guerras militares e sociais.



Fim imediato do massacre e do genocídio em Gaza. Na foto pode ler-se: “Migalhas” para os Palestinos; “Armas” para o Estado de Israel.

«A partir das instituições da União Europeia e, em particular, nos discursos da Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von Der Leyden, rufam os tambores da guerra. Nesta questão – como em tantas outras – a União Europeia (UE) actua como uma mera correia de transmissão dos interesses do imperialismo norte-americano e da NATO. Durante anos, a UE afirmou falsamente ser uma garantia de paz na Europa e um oásis de democracia. Uma falácia, porque não podemos

esquecer a sua participação na destruição da Federação Jugoslava, na destruição do Estado líbio, nos planos de austeridade – que esmagaram o povo grego, impostos contra a maioria dos votos num referendo – e, em seguida, os povos de Espanha, Portugal e Irlanda. Também não podemos esquecer os encerramentos de fronteiras que levaram à morte de milhares de migrantes. Mas, agora, a UE está a tirar a máscara e a dar um passo em frente: Von der Leyden, sob o imperativo do imperialismo norte-americano, exige a preparação para a guerra. Por outras palavras, um aumento qualitativo dos orçamentos militares. O rearmamento, já iniciado por todos os países (excepto Portugal e Irlanda) em 2023, não é suficiente; tudo deve ser subordinado às despesas militares face à ameaça russa. Trata-se de uma campanha que se estende a todos os serventuários da UE, como o eurodeputado “socialista” francês Glucksmann, que declarou recentemente que a Europa se deve “preparar para uma economia de guerra”. Que cinismo! É claro que ninguém pode confiar na oligarquia de Putin, mas ela é totalmente incapaz de repetir, em toda a Europa, o que foi feito na Ucrânia. É a NATO que está a organizar a guerra na Ucrânia, que mobilizou as suas forças e multiplicou o número de países que a integram,

avançando para as fronteiras da Rússia e quebrando a neutralidade da Suécia e da Finlândia. O Governo francês assumiu a liderança, aumentando em 3 mil milhões de euros a sua ajuda militar ao corrupto regime de Zelenski (um regime que proibiu todos os partidos e aboliu o Código do Trabalho, além de vender terras de cultivo a multinacionais dos EUA e europeias) e chegou mesmo a dizer que não exclui a possibilidade de envio de tropas para a Ucrânia.

QUAL É A QUESTÃO DE FUNDO?

É evidente que não se trata, por muito que nos queiram fazer engolir isso, da luta em prol da democracia (que Zelensky encarnaria) contra o autoritarismo (que Putin encarnaria). Trata-se pelo contrário do controlo dos mercados, da distribuição do gás e do petróleo, dos cereais, das matérias-primas. Trata-se também de, em nome da necessidade do rearmamento, submeter a população activa a uma cura de austeridade. Eles dizem: “Como é que podem reivindicar se estamos em guerra...?”. E, no entanto, a economia de mercado (ou seja, o capitalismo) precisa da guerra. Este é o discurso da UE e de todos os governos e partidos que se submetem a esta política. E isto tem consequências em todos os países, para além das palavras, nos actos. Em 2023, sob o Governo “progressista” (liderado pelo PSOE), os bancos tiveram 26,5 mil milhões de lucros, para já não falar das grandes empresas... E a pobreza? Atingiu 26,5% da população. Aumentar as despesas militares significa aumentar a pobreza, pôr em causa os salários, as pensões de aposentação e os serviços públicos, encerrar indústrias e abandonar as culturas, não haver dinheiro para proteger os agricultores (em particular, a maioria que possui terras com menos de 5 hectares) ou para realizar obras de infra-estruturas simples (que, aliás foram decretadas) para aliviar a seca. Ainda estamos longe dessa “economia de guerra”. A resistência continua: por um lado, os camponeses, e, por outro lado, os reformados, os trabalhadores da Saúde, os jovens mobilizam-se pela Palestina e pelos seus direitos. (...)

Ficha de assinatura do Militante Socialista

Nome e apelido _____ NIF _____

Morada _____ Código Postal _____

Cidade _____ Distrito _____

País _____

Endereço de e-mail _____ Telefone _____

Data de subscrição ou renovação _____ Nº inicial _____ Nº final _____

Forma de entrega Por e-mail (pdf) Em mão Por carta

Forma de pagamento Em mão Depósito bancário

Depósito na conta da POUS na CGD: IBAN nº PT50003506970064308823079

Em mão 6 números (6 euros) Por carta 6 números (10 euros)

12 números (12 euros) 10 números (16 euros)

Por e-mail (pdf) 10 números (8 euros)

Enviar para: Redacção e Administração do Militante Socialista (por carta ou por e-mail)
R. Santo António da Glória, 52 B, c/v C., 1250 - 217 Lisboa ou por E-mail: pous4@sapo.pt